



Jornalismo ambiental: um discurso sobre risco e limite

Roberto Villar Belmonte
Débora Gallas Steigleder
Sarah Bueno Motter

Resumo: Este artigo diferencia o jornalismo sobre meio ambiente do jornalismo ambiental, buscando para este um conceito construído no entremeio dos discursos sobre risco e limite. A partir da Sociologia Ambiental, entende que a abordagem do risco, pela qual o sentido da incerteza científica sempre está presente, deve ser contextualizada e plural. Dialogando com a Economia Ecológica, concorda que no atual modelo de desenvolvimento, que prioriza a acumulação de capital pela criação incessante de novas necessidades de consumo, a problematização do sentido de limite é necessária para compreender os problemas e as possíveis soluções. Por fim defende que para a objetividade e a precisão jornalísticas andarem juntas com a defesa da sustentabilidade, um ponto de vista diferenciado é necessário para observar, interpretar e narrar os acontecimentos presentes na agenda socioambiental contemporânea.

Palavras-chave: Teoria do Jornalismo; Jornalismo Ambiental; Análise do Discurso; Sociologia Ambiental; Economia Ecológica.

1. Introdução

As notícias e reportagens sobre assuntos ambientais têm pelo menos quatro características comuns: a noção de risco, temas associados a processos longos, a incerteza científica e a complexidade técnica (GARCIA, 2006). O risco, além de ser uma das quatro características comuns, é também o principal critério de noticiabilidade do jornalismo ambiental. Não apenas o aumento do risco tem valor-notícia (mudança do clima, escassez de

água, contaminação dos alimentos, extinção de espécies), mas também a sua redução (energia renovável, alimentos saudáveis, transporte público eficiente, moradias ambientalmente sustentáveis). Os grandes problemas (aumento do risco) têm um alto valor-notícia devido ao impacto econômico e social que causam, mas soluções (redução do risco) também têm relevância jornalística. Em ambos os casos, no problema e na solução, a noção de risco está presente.

A imprensa brasileira começou a debater tais temas, no contexto ambiental, a partir de 1989, quando dois encontros nacionais foram promovidos. Um deles, organizado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) em Brasília (DF), entre os dias 27 e 30 de novembro, foi o *Seminário para jornalistas sobre população e meio ambiente* com a presença de 60 profissionais de todo o país. Este posicionamento – de mostrar o problema e também a possível solução - é citado na apresentação dos anais deste evento histórico da Fenaj: “É evidente o papel dos meios de comunicação no aprofundamento dos debates, na fiscalização da ação dos agentes sociais (governo, comunidade e empresas) e, naturalmente, na definição de políticas para o setor ambiental” (ROLLEMBERG, 1989, p.1). Já naquela época os jornalistas que trabalhavam no novo segmento que surgia na imprensa brasileira, o do jornalismo ambiental, não discutiam mais a necessidade de se preservar o meio ambiente, mas sim como fazê-lo.

Este compromisso de ir além da apresentação do problema está presente também nos primeiros princípios éticos para a cobertura dos temas ambientais, que foram definidos entre os dias 20 e 24 de maio de 1992, em Belo Horizonte (MG), durante o Encontro Internacional de Imprensa, Meio Ambiente e Desenvolvimento (Green Press), evento que integrou a programação oficial da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92. O décimo princípio diz que “o trabalho jornalístico deve estar comprometido com a promoção da qualidade de vida planetária nas diversas fases de produção e veiculação da notícia” (GREEN PRESS, 1992). Ainda de acordo com a *Carta de Belo Horizonte*, publicada no final do Encontro, também seria dever da imprensa,

segundo o décimo primeiro princípio, “expressar a pluralidade de pontos de vista sobre os assuntos do meio ambiente e de desenvolvimento”.

Quando este compromisso de mostrar as causas e as soluções dos problemas ambientais, com sua pluralidade de pontos de vista, não está presente, e os fatos são apresentados sem os seus nexos, de maneira descontextualizada, não há um jornalismo ambiental, mas apenas um jornalismo sobre meio ambiente. Esta distinção vem sendo feita pelo Grupo de Pesquisa Jornalismo Ambiental (CNPq/UFRGS), instituído em 2008, para explicitar a necessidade de um ponto de vista diferenciado para o jornalista ambiental.

O jornalismo ambiental, partindo de um tema específico (mas transversal), visa ser transformador, mobilizador e promotor de debate por meio de informações qualificadas e em prol de uma sustentabilidade plena. Para sua concretização é necessário buscar respaldo em olhares mais abrangentes, que possibilitem ver as conexões, superar a fragmentação reiterada. Fundem-se, desta forma, a natureza do jornalismo especializado com as demandas socioambientais que acabam por compor o horizonte de reflexão dos paradigmas emergentes. (GIRARDI et.al., 2012, p.148)

Jornalismo ambiental é jornalismo, mas um jornalismo comprometido com uma cidadania ambiental, por isso é mais do que uma simples cobertura de assuntos de meio ambiente. A necessidade de um jornalismo engajado para dar conta dos temas ambientais vem sendo discutida não apenas no Brasil, mas também nos Estados Unidos, onde, em 1990, foi criada a *Society of Environmental Journalists* (SEJ), a mais importante entidade de jornalistas especializados em temas ambientais do planeta. Um novo tipo de reportagem sobre meio ambiente é necessário para dar conta dos desafios ambientais do século XXI, misturando objetividade com defesa (*advocacy*) para se chegar a um jornalismo sustentável, defende Jim Detjen, ex-presidente da SEJ. Em artigo publicado, em 2002, na prestigiada revista de jornalismo *Nieman Report*, editada pela Fundação Nieman da Universidade de Harvard, ele reconhece a necessidade de unir as escolas de pensamento sobre o jornalismo, a da objetividade e a de defesa (*advocacy*). Este casamento se dá, segundo Detjen, indo além dos sintomas, com reportagens que mostram também as causas e as possíveis soluções dos problemas.

Além da noção de risco, a noção de limite também está presente no discurso do jornalismo ambiental. É a constatação da falta de limite que estrutura todo questionamento feito ao modelo de desenvolvimento capitalista globalizado, predador e excludente, ajudando a compreender as causas dos problemas ambientais. Assim como é a percepção da necessidade de limites que está na base do conceito de desenvolvimento sustentável e, portanto, das soluções possíveis baseadas no tripé econômico, ecológico e social. A ideia de limite diferencia as duas principais correntes da economia do meio ambiente. A primeira delas, a Economia Ambiental, considera que “os recursos naturais (como fonte de insumos e como capacidade de assimilação de impactos dos ecossistemas) não representam, a longo prazo, um limite absoluto à expansão da economia” (ROMEIRO, 2008, p.8). A outra, a Economia Ecológica, vê o sistema econômico como um subsistema de um todo maior, portanto com limites. As noções de risco e limite são as duas principais matrizes de sentido do jornalismo ambiental.

2. Discurso

A objetividade de que fala Detjen (2002) não pode ser confundida com literalidade, pois o jornalismo é um discurso opaco. Quando se percebe o trabalho do jornalista como um procedimento de três etapas, a observação, a interpretação e a narração (CORNU, 1999), a objetividade passa a fazer sentido como um método do processo de observação. Espera-se que o jornalismo, portanto, siga uma conduta de objetividade ao reconstituir os acontecimentos em uma forma particular, que vai definir seu discurso.

O discurso jornalístico é uma prática cuja existência é constituída por suas relações materiais e por uma regularidade (BENETTI, 2008b). Para Orlandi (2005, p.15), o discurso é “palavra em movimento, prática da linguagem”. Trata-se de uma relação de paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente: a primeira traz estabilização, repetição, enquanto a segunda representa os deslocamentos, a ruptura dos processos de significação (ORLANDI, 2005, p.36).

Assim, um discurso sempre retoma um pré-construído – sentidos produzidos por outros dizeres, pertencentes ao interdiscurso –, atualizando este já-dito e conferindo a ele um efeito de autoria (ORLANDI, 2005). Trata-se de uma tentativa de normatização e de controle interno do discurso. De acordo com Mariani (1996), o discurso jornalístico tem o papel de desambiguar o mundo ao providenciar explicações sobre os acontecimentos:

A imprensa não é o 'mundo', mas deve falar sobre esse mundo, retratá-lo, tomá-lo compreensível para os leitores. O cotidiano e a história, apresentados de modo fragmentado nas diversas seções de um jornal, ganham sentido ao serem 'conectados' interdiscursivamente a um 'já-lá' dos assuntos em pauta. E essa interdiscursividade pode ser reconstruída através da análise dos processos parafrásticos presentes na cadeia intertextual que vai se construindo ao longo do tempo (MARIANI, 1996, p.65).

Segundo Franciscato (2005), a instituição jornalística está situada em um ambiente permeado de práticas sociais interiores e exteriores a ela. Por ser construído de forma intersubjetiva, o discurso deve ser compreendido como histórico e de acordo com os “enquadramentos sociais e culturais” (BENETTI, 2008a). O discurso jornalístico apresenta tais características: aborda um acontecimento – a ruptura, a novidade – a partir de conhecimentos social e culturalmente compartilhados, além de seguir procedimentos estritos de apuração e redação, por exemplo. Tais estratégias o diferenciam de discursos como o político e o científico, ainda que sejam todos eles interdependentes – já que o diálogo com outros dizeres contribuirá para a constituição do sentido do discurso em questão.

O discurso é dialógico, pois acontece entre os sujeitos da interlocução. “O jornalismo como discurso, portanto, só existe entre sujeitos” (BENETTI, 2008b, p.17). O sujeito, porém, não está no centro do poder. Está, na verdade, submetido a regras exteriores e anteriores, ressalta Benetti (2008b). Apesar de ter a ilusão de não estar à mercê dos equívocos da linguagem e de ser a origem de seu discurso, o sujeito é sempre interpelado pela ideologia e afetado pelo real da língua e da história (ORLANDI, 2005).

Dessa maneira, o discurso sempre permite uma multiplicidade de sujeitos e sentidos em relação, que serão ordenados de acordo com o lugar do qual se fala. Assim, o equívoco e a incompletude são intrínsecos a esse processo.

O discurso é, assim, opaco, não-transparente, pleno de possibilidades de interpretação. Assumir essa característica como um dos pressupostos do jornalismo leva-nos a reconhecer que o texto objetivo é apenas uma intenção do jornalista, restando-lhe elaborar um texto que no máximo *dirigira* a leitura para um determinado sentido, sem que haja qualquer garantia de que essa convergência de sentidos vá de fato ocorrer (BENETTI, 2008a, p.108, grifo da autora).

O jornalismo conquistou historicamente legitimidade social para mediar as ocorrências cotidianas, lembra Franciscato (2005). A instituição jornalística, portanto, adota estratégias para conferir ao discurso jornalístico um efeito de verdade – uma vez que é impossível acessar a realidade (CHARAUDEAU, 2012). Nesse sentido, o discurso jornalístico aciona a ilusão de relações de causa e consequência para explicar o acontecimento em questão (MARIANI, 1996).

De acordo com Mariani (1996, p.63, grifo da autora), o discurso jornalístico é um “*discurso sobre*”, no qual o sujeito se distancia em relação ao objeto do qual se fala e produz, assim, um efeito de linearidade, que está de acordo com o campo de saberes já reconhecido pelos sujeitos do discurso.

Conforme ressalta Franciscato (2005), embora seja resultado de uma seleção e de uma hierarquização, o texto jornalístico é plural e não se propõe a ser científico, mas, sim, um relato coerente. O jornalista como sujeito, afirma Cornu (1999, p.320), “é pessoalmente interpelado por uma ética da informação” e almeja uma unidade da verdade que está situada somente no “*horizonte da procura*” (*Ibid.*, p.391, grifo do autor), uma vez que as ordens de verdade estão vinculadas aos sujeitos.

O campo do jornalismo ambiental tem como particularidade não somente a abordagem de temas ambientais. Ele se concentra, principalmente, na busca das relações entre os acontecimentos do mundo, “o que demanda a ampliação do número de fontes, a profundidade do conteúdo, a abordagem qualificada e plural, inerentes ao compromisso social, eixo primordial do fazer jornalístico” (GIRARDI et.al., 2012, p.138). Dessa maneira, o jornalismo ambiental também se situa nas regularidades exigidas pelo discurso jornalístico, que

prevê a responsabilidade em narrar um acontecimento de acordo com as expectativas sociais e históricas vigentes.

3. Risco

Para falar de risco, no contexto do jornalismo ambiental, é fundamental a reflexão sobre um dos princípios básicos que norteiam as problemáticas socioambientais: o princípio da precaução. A institucionalização da questão ambiental em âmbito global foi configurada em diversos encontros internacionais. Em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento destaca a necessidade de precaução. Para Juliana Martins (2008), este princípio é o pilar da causa ambientalista.

Com o fim de proteger o meio ambiente, o princípio da precaução deverá ser amplamente observado pelos Estados, de acordo com suas capacidades. Quando houver ameaça de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica absoluta não será utilizada como razão para o adiamento de medidas economicamente viáveis para prevenir a degradação ambiental. (ONU, 1992, p.3).

A questão evidenciada na Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento é a responsabilidade compartilhada dos Estados perante os riscos ambientais e também a necessidade de agir para prevenir prejuízos irreversíveis, mesmo perante a incerteza científica. Nesse sentido, é delimitado um campo em que o risco é gerenciado: um espaço de dúvidas e disputas ideológicas, conforme aponta Hannigan (1997). Quem define o que são danos graves? Seria a destruição de culturas tradicionais e espécies endêmicas ou a não construção de um megaempreendimento?

O risco varia de acordo com questões contextuais e imateriais, como a cultura e a história de uma comunidade. Segundo Hannigan (1997), não existe uma definição de risco que abarque todos os enfoques, elas acabam sendo de alguma forma parciais, variando muitas vezes de acordo com o lugar de onde se fala sobre risco. A percepção dos riscos também é influenciada segundo diversas perspectivas. Entre elas estão as vozes que os avaliam, analisam, processam e transmitem informações sobre eles. O papel de processamento de informações sobre um determinado risco, por conseguinte é influenciado por questões políticas, ideológicas, científicas, culturais, históricas, econômicas, entre outras.

Para definição de risco, Hannigan (1997) traz para reflexão Stephen Hilgartner que explica que o risco pode ser visto a partir de três elementos: o objeto que corre o risco, o prejuízo e a relação de causalidade que se forma entre objeto e prejuízo. Existem, contudo, conflitos nas definições do objeto de risco, nos quais entra em embate posições ideológicas. Quem define o objeto de risco? Quem define o prejuízo? O prejuízo é a contaminação de espécies crioulas por genes transgênicos ou o fim da indústria da transgenia?

Nesse sentido, Hannigan afirma que "como sociedade, ainda temos de fazer julgamentos sociais sobre a magnitude do risco, embora as provas científicas possam ser uma fonte útil na tomada destas decisões" (1997, p.126), assim como o princípio de precaução também o pode ser. O risco, dessa forma, está em disputa na percepção do objeto e também na avaliação de seus prejuízos. "A situação é posteriormente complicada pela existência de múltiplos níveis de provas: científica, jurídica e moral" (HANNIGAN, 1997, p.131), essas provas são as situações relacionais que ligam o objeto de risco ao prejuízo, tendo diferentes pesos e relevâncias dentro de um contexto social.

O jornalismo ambiental, nesse cenário, com sua vocação para o despertar de consciências, através de um discurso transformador, mobilizador e promotor de debate, tem a obrigação de comunicar os riscos que envolvem as problemáticas ambientais de maneira democrática, equilibrada e objetiva, conforme apontam Moraes, Loose e Girardi (2014). É ouvindo várias vozes e diversas percepções sobre um risco que o jornalismo pode apontar soluções e alertar a população de forma a não despertar apenas alarmismo e medo. A precaução, ao apontar limites, vem como conceito chave para a prevenção dos riscos, tanto na não liberação de uma semente transgênica, devido às incertezas científicas, por exemplo, quanto no corte de subsídios aos combustíveis fósseis para evitar o agravamento do aquecimento global. Porém, esse cuidado não só com as gerações atuais como com as futuras, muitas vezes, é vislumbrado como um obstáculo ao desenvolvimento (MORAES; LOOSE; GIRARDI, 2014).

No contexto do jornalismo, a morte é um valor-notícia fundamental para o tratamento e relevância dados às publicações jornalísticas (TRAQUINA, 2002). No jornalismo

ambiental, a morte está presente na noção de risco, não apenas a morte dos seres humanos, mas também dos demais seres vivos, podendo-se ir além considerar ainda as mortes imateriais de modos de vida e culturas, expostas à ganância do sistema econômico cujo fundamento tem sido o processo de acumulação de capital pela criação incessante de novas necessidades de consumo. O aumento da taxa de desmatamento da floresta amazônica é notícia devido ao risco de destruição da maior floresta tropical do planeta, de sua biodiversidade, dos modos de vida e populações associados a ela. Ainda, a noção de risco (reduzido) também está presente nas notícias sobre queda no nível de desmatamento da floresta, quando uma "trégua" é noticiada.

O jornalismo ambiental tem o desafio de comunicar os riscos de forma compreensível à sociedade, trazendo informações sobre questões complexas como o aquecimento global, envolvendo as comunidades afetadas, assim como cientistas, governos e demais atores envolvidos. Conforme apontam Moraes, Loose e Girardi (2014), uma notícia leva ao conhecimento público riscos até então desconhecidos e muitas vezes "invisíveis" como a problemática da camada de ozônio, já nos anos 1980. Nesse sentido, o jornalista é um "processador" das informações sobre o risco e tem papel central para tomada de decisão na sociedade.

Apesar disso, o discurso que é evidenciado nas matérias jornalísticas, conforme apontam Moraes, Loose e Girardi (2014), ao estudarem conteúdos sobre mudanças climáticas, ainda mostra uma hegemonia dos paradigmas econômico e tecnológico. Como Hannigan (1997) coloca, a percepção de risco é influenciada por diversas esferas da sociedade. A avaliação de riscos sobre mudanças climáticas, "traduzidas" pelos jornalistas à sociedade, é perpassada e influenciada fortemente por questões econômicas e políticas, que muito além das provas científicas (HANNINGAN, 1997), possuem mais peso nas reportagens e tomadas de decisão. O jornalista deve estar atento a uma abordagem equilibrada em que as vozes acionadas em seu discurso possam ter espaços igualitários e, dessa maneira, não corra o risco de se distanciar do interesse público.

Nos discursos jornalísticos, principalmente dos grandes veículos, geralmente não há uma contextualização dos temas abordados e nem uma discussão aprofundada, nas temáticas ambientais. Na abordagem das tragédias, conforme explicam Moraes, Loose e Girardi (2014), a imprensa enfoca as mortes ocasionadas e o drama, sem contextualizar os riscos e as soluções que envolvem esses acontecimentos.

Outra questão abordada pelas autoras é que o risco muitas vezes é tratado de maneira alarmante, trazendo preocupação e medo à sociedade, como nas coberturas das divulgações dos relatórios do Painel Intergovernamental de Mudança do Clima (IPCC, sigla em inglês). Elas também apontam que na questão do risco climático "a cobertura jornalística sobre o tema deve estar atenta: ao princípio da precaução e ao princípio das responsabilidades comuns, mas diferenciadas" (p. 219, tradução nossa).

Os jornalistas têm papel fundamental para tomada de consciência da sociedade. A questão do risco é valor-notícia relevante em momentos como a divulgação do relatório do IPCC, contudo como ele é abordado? Moraes, Loose e Girardi (2014) colocam que na maioria das vezes é visto de maneira genérica e descontextualizada. O pensar sustentável, porém, deve agregar uma reflexão do global conectada ao local para que haja sensibilização à percepção de risco. É através do jornalismo ambiental que o risco e suas soluções podem ser encarados de forma efetiva, complexa e democrática.

4. Limite

Assim como o risco é uma das quatro características comuns das notícias ambientais (GARCIA, 2006), e o seu principal critério de noticiabilidade, no discurso do jornalismo ambiental, ou sustentável, como define Detjen (2002), misturando objetividade e defesa (*advocacy*), acreditamos que o sentido de limite também deve estar sempre presente. Para explicar as causas dos problemas ambientais e apontar suas possíveis soluções, a noção de limite é fundamental.

Foi através da obra do matemático e economista romeno Nicolas Georgescu-Roegen (1906-1994), considerado um dos fundadores da Economia Ecológica, que a noção de limite

foi introduzida à teoria econômica. De maneira pioneira ele criticou a visão implícita de infinitude dos recursos naturais na análise econômica tradicional, conhecida como neoclássica (ROMEIRO, 2010). Para a Economia Ecológica, a economia é um subsistema (aberto) de um todo maior que o contém, o planeta (um sistema fechado), portanto, com limites. Ou seja, um dia não será mais possível crescer. “Não há mágica: crescimento da produção exige mais energia e materiais do ambiente, e libera mais resíduos na outra ponta” (CECHIN, 2010, p.41). O aumento da eficiência pelo uso da tecnologia joga para mais longe o limite da capacidade de carga do planeta. Mas um dia, não se sabe quando, o processo de acumulação de capital pela criação incessante de novas necessidades de consumo não será mais possível.

A grande dificuldade para a adoção de uma atitude precavida de buscar estabilizar o nível de consumo de recursos naturais está em que essa estabilização pressupõe uma mudança de atitude que contraria a lógica do processo de acumulação de capital em vigor desde a ascensão do capitalismo. (ROMEIRO, 2010, p.17)

Uns dizem que não há motivo para preocupação, pois a tecnologia resolverá os problemas da humanidade por muito tempo ainda. Outros entendem que o atual sistema é insustentável não apenas do ponto de vista econômico e ecológico, mas também do ponto de vista social, e por isso é preciso discutir limites agora, buscando modos de produção e padrões de consumo realmente sustentáveis. Este é o ponto de vista diferenciado do jornalismo ambiental. É isto que o jornalista ambiental defende através da objetividade jornalística. A utilização da natureza, seja como fonte de matérias primas, seja como sorvedouro de poluentes, tem limites.

Qual a quantidade de efluentes domésticos e industriais que um rio pode dispersar e assimilar? Qual a quantidade máxima de poluentes atmosféricos oriundos dos automóveis, das fábricas e das usinas térmicas determinada região pode receber sem comprometer a qualidade do ar que a população respira? Quanto lixo pode ser enterrado sem comprometer os lençóis freáticos que abastecem de água tal comunidade? Até que ponto a natureza pode ser alterada sem que sejam comprometidos os serviços ambientais prestados por ela, tais

como a regulação climática, a manutenção da qualidade do ar, o ciclo da água, a ciclagem de nutrientes, a reprodução vegetal (polinização) e até a provisão de alimentos? Até que ponto uma floresta nativa pode ser substituída por lavouras e pastagens? Qual a resiliência de um ecossistema? Quanto agrotóxico estamos dispostos a ingerir diariamente? Há também limites de mobilidade, tema cada vez mais presente no nosso mundo urbanizado: quantos carros cabem no trânsito da nossa cidade?

Existem limites termodinâmicos absolutos à expansão da punção exercida pela espécie humana sobre os recursos naturais do planeta, expressos pela noção de “capacidade de carga”. Estes limites não são, entretanto, conhecidos e nunca poderão sê-lo de modo preciso por mais que a ciência avance, o que exige a adoção de uma postura de precaução. (ROMEIRO, 2010, p.26)

Todas estas questões envolvendo a noção de limite são perguntas do jornalismo ambiental, com respostas que sempre tem quatro características em comum: risco, processos longos, incerteza científica e complexidade técnica (GARCIA, 2006). Por isso são polêmicas. Por isso precisam de diversos pontos de vista. Por isso o discurso do jornalismo deve ser polissêmico. Com mais do mesmo o jornalismo não consegue dar conta da complexidade da pauta socioambiental contemporânea.

E para compreender os interesses econômicos em jogo, o contexto é fundamental. E o contexto do jornalismo ambiental é um sistema econômico cujo principal fundamento é a acumulação de capital através da criação incessante, portanto sem limites, de novas necessidades de consumo. “O problema ecológico surge como uma falha no metabolismo socioambiental” (CECHIN, 2010, p. 45). Problematizar limites é mexer com o fundamento do próprio sistema.

5. Conclusão

Com um mínimo de conhecimento e preparo prévio, qualquer jornalista é capaz de escrever ou falar algo que faça algum sentido sobre um tema ambiental. No entanto para que a objetividade e a precisão jornalísticas andem juntas com a defesa da sustentabilidade, como

exige nosso tempo, um ponto de vista diferenciado é necessário para observar, interpretar e narrar os acontecimentos.

Diferente do jornalismo sobre meio ambiente, o jornalismo ambiental é um discurso sobre risco e limite; é uma abordagem contextualizada e plural sobre problemas, que têm causas e nexos, e suas soluções possíveis. E as aparentemente impossíveis também. A problematização dos limites da natureza procura a polissemia dando voz a diferentes pontos de vista, não apenas o dos incluídos na orgia capitalista, mas também o dos excluídos pelo sistema que valoriza a busca individual da maximização do ganho e cujo fundamento, desde a ascensão do capitalismo, tem sido o processo de acumulação de capital pela criação incessante de novas necessidades de consumo. Esta problematização sobre os modelos de desenvolvimento em disputa, pelo discurso jornalístico, não é uma preocupação recente para os profissionais que atuam no jornalismo ambiental, mas é, no entanto, cada vez mais necessária devido à urgência de uma discussão que mobilize toda a sociedade em busca de soluções para os problemas socioambientais.

Na tensão entre o mesmo e o diferente, entendemos que o jornalismo ambiental tenta criar novos sentidos para deixar de repetir os já-ditos. Através da ruptura e da novidade procura trabalhar as incertezas científicas inerentes aos riscos ambientais não como desculpa para a inação e a indiferença, mas como motivo urgente de mudança. Risco e limite juntos dão sentido a um discurso jornalístico que clama por mais cuidado, defendendo uma sociedade economicamente viável, ecologicamente possível e socialmente justa. Este é o lugar de fala do jornalismo ambiental.

Referências

BENETTI, Marcia. Análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. In: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p.107-122.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. In: **Galáxia** (PUC-SP), São Paulo, v.8, n.15, jan/jul.2008.

CECHIN, Andrej; VEIGA, José Eli. O fundamento central da economia ecológica. In: MAY, Peter H. (org.). **Economia do meio ambiente**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2012.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade**: para uma ética da informação. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

DETJEN, Jim. A new kind of environment reporting is needed. **Nieman Reports**. V.56, n.4. Cambridge: Harvard University, 2002.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. **A fabricação do presente**: como o jornalismo reformulou a experiência do tempo nas sociedades ocidentais. São Cristóvão: Editora UFS/Fundação Oviedo Teixeira, 2005.

GARCIA, Ricardo. **Sobre a terra**: um guia para quem lê e escreve sobre ambiente. 2.ed. Lisboa: Público, 2006.

GIRARDI, Ilza; SCHWAAB, Reges; MASSIERER, Carine; LOOSE, Eloisa. Caminhos e descaminhos do jornalismo ambiental. **Comunicação & Sociedade**, V. 34, p. 132-152. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2012.

GREEN PRESS. Carta de Belo Horizonte. **Encontro Internacional de Imprensa, Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1992. Disponível em: http://www.pick-upau.org.br/mundo/carta_belo_horizonte/carta_belo_horizonte.htm. Acesso: 24 jul 2014.

HANNIGAN, John A. **Sociologia ambiental**: a formação de uma perspectiva social. Lisboa, Instituto Piaget, 1997. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/55372511/HANNIGAN-John-A-Sociologia-ambiental-a-formacao-de-uma-perspectiva-social>. Acesso: 22 jul 2014.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. **O comunismo imaginário**: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). 1996. 259 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Linguística, Departamento de Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1996. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000115692>. Acesso em: 22 jul 2014.

MORAES, Cláudia Herte; LOOSE, Eloisa Belin; GIRARDI, Ilza Maria Tourinho. Posibilidades del Periodismo Ambiental para el enfrentamiento de los riesgos climáticos. In: CICOM Congreso Internacional de Comunicación, XXVIII, 2014. Salamanca. **Comunicar el cambio**

climático: de la agenda global a la representación mediática: Actas de XXVIII CICOM Congreso Internacional de Comunicación.

MARTINS, Juliana Xavier Fernandes. A importância dos Princípios Constitucionais Ambientais na Efetivação da Proteção do Meio Ambiente. **Revista Científica ANAP Brasil**, Ano I, N° 1, Julho. 2008. Disponível em: http://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/anap_brasil/article/view/3. Acesso em: 28 jun 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. Rio de Janeiro. 1992. Disponível em: <http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>. Acesso em: 28 jun 2014.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2005.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Economia ou economia política da sustentabilidade. In: MAY, Peter H. (org.). **Economia do meio ambiente: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

ROLLEMBERG, Armando. **Seminário para jornalistas sobre população e meio ambiente**. Anais. Brasília: Fenaj, 1989.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**. Lisboa: Quimera, 2002.